

## PLANTAR, COLHER E COMER: VIDA COTIDIANA, ALIMENTAÇÃO E CAMPESINATO EM DEBATE

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta uma releitura da obra – Plantar, colher e comer: um estudo sobre o campesinato goiano de Carlos Rodrigues Brandão publicada em 1981. Nesse sentido, apresenta-se alguns trechos da referida obra em diálogo com os aspectos cotidianos que marcam a vida do campesinato, que mesmo quando expropriado da terra carrega consigo marcas significativas da labuta no campo nas dimensões simbólicas, culturais, naturais e espaciais. Essas marcas e trajetórias cotidianas estão em partes presentes mesmo durante a migração e a vida nas cidades. Por isso, busca-se apresentar e estabelecer essas relações no bojo da memória do campesinato e sua intrínseca relação com a vida cotidiana por meio da alimentação.

**Palavras-chave:** Memória; História Oral; Campesinato; Alimentação; Vida Cotidiana.

**Abstract:** This article presents a reinterpretation of the title – Planting, Harvesting and Eating: a study about the goiano peasantry by Carlos Rodrigues Brandão published in 1981. In doing so, it is presented some excerpts of the cited title in dialogue with the everyday issues that mark the peasantry's life, who even when expropriated of the land carry with themselves significant marks of toil in the field in the symbolic, cultural, natural and spatial dimensions. These marks and daily trajectories are present in parts even during the migration and life in the cities. Therefore, it is sought to present and establish these relations in the bulge of peasantry's memories and its intrinsic relation with everyday life through the alimentation.

**Keywords:** Memory, Oral History; Peasantry; Alimentation; Everyday Life.

A vida do peão, o senhor veja:  
É plantar na meia, cuidar da  
lavoura, colher e comer.  
É vender o pouquinho que sobra  
do gasto da família. É plantar de  
novo no outro ano, colher, comer.  
E nessa lida a vida vai.

(Um lavrador em Mossâmedes - GO, *apud* BRANDÃO, 1981, p. 06)

A epígrafe escolhida por Carlos Rodrigues Brandão exprime plenamente o contexto da obra: a ideologia e as práticas alimentares pelos quais os camponeses constroem e reconstroem no cotidiano, permeado ainda, por símbolos e condições

sociais territorializados por camponeses do interior do Brasil, e, sobretudo, nas cidades, visto a expropriação histórica que muitos foram submetidos, e hoje vivendo nas cidades, mantém hábitos e práticas legitimadas por uma reprodução e sociabilidade camponesa.

A partir dessa breve visão introdutória, pode-se observar que Brandão (1981) dialoga com Candido (2003) e com Ellen e Klass Woortmann (1997); embora com edições mais atuais, parte dos estudos estão ligados ao fomentar uma antropologia do campesinato, que não se fecha no acompanhamento etnológico, pois, fazem a leitura ampla, dialetizando as origens e possibilidades de ação para entendê-los na plenitude.

Brandão dividiu a referida obra em sete capítulos, seguido de três anexos que valorizam o extenso trabalho de campo realizado, que, nos ajudam na compressão do campesinato brasileiro ao revelar literalmente a comida (leia-se receitas do lugar) do município estudado – Mossâmedes - GO, as quais apontam certa variedade de combinações que remetem à fartura e escassez em determinados momentos<sup>ii</sup>.

Brandão perfaz um mergulho da fenomenologia ao desvendar os horizontes do mundo rural. No entanto, ele não deixa de tecer uma crítica fecunda e complexa, que convida-nos a uma interpretação do real, dialogando com as contradições metodológicas, pois, a dialética, entendida aqui na materialização do espaço social, da ideologia através dos sujeitos sociais estudos está posta na sua análise.

A distinção marcante desse processo é evidenciada na própria designação entre os lavradores, fazendeiros, proprietários ou donos, camponeses ou pequenos proprietários e os lavradores urbanizados<sup>iii</sup>. Nesse cenário, o autor estabelece seu eixo norteador, caracterizando a área de estudo, demonstrando como os sujeitos sociais associam-se a personagens de epopéias nas conversas cotidianas do boiadeiro e peão ao falar do tempo passado, da produção agrícola e da própria dinâmica espacial.

Um elemento central da sua análise se refere ao trabalho, que:

[...] envolve, aqui, a prática econômica rural produtora de bens de consumo. Por outro lado, a *prática alimentar* refere-se, de forma ampla, ao consumo de alimentos (comida) em Mossâmedes. Essa prática obedece a padrões sociais e se apresenta para os efeitos da pesquisa, sob forma de *hábitos alimentares*. As representações das crenças e dos padrões sociais do uso e das restrições alimentares constituem a *ideologia alimentar* e entende-se que fazem parte do conhecimento social da população local, aparecendo

neste trabalho tal como expressas pelo lavrador. (BRANDÃO, 1981, p. 08; grifo do autor)

A partir da contextualização da economia rural, ou seja, como os camponeses se apropriam do trabalho, ficam evidentes algumas relações sociais para além do consumo, pois, possuem crenças locais de produção, acesso, circulação e consumo da comida, as quais propiciaram que Brandão dividisse o estudo em duas partes: as representações das condições sociais da produção e as crenças relativas ao consumo de alimentos. Após essas leituras, através das entrevistas foi possível verificar que em todo Mato Grosso Goiano, existem várias ordens em relação ao comer: *“as duas primeiras quando o lavrador define sua experiência como um agricultor de cereais: a terceira quando se apresenta como um dos consumidores da comida do lugar”* (p.12-3).

Essas combinações, ou mesmo, noções que regem e letigimam a vida dos camponeses está marcada no simbólico e no material, indivíduo e sociedade, os quais apontam o subjetivismo e objetivismo da noção de prática em Pierre Bourdieu e da arte do fazer em Michel de Certeau, ambas dialogam com a pesquisa de Brandão realizada entre janeiro de 1975 e março de 1976<sup>iv</sup>.

### **A vida cotidiana e a dinâmica espacial**

A vida cotidiana, do fazer-se no dia-a-dia, nasce no bojo da microsociologia, num momento histórico peculiar<sup>v</sup>. Nesse sentido, requer uma sensibilidade para os sentidos e os múltiplos significados para as pessoas, e, sobretudo, com a visão de mundo, pois, o extraordinário não pertence ao cotidiano. E nesse devir, as relações humanas são complexas e podem coexistir outras formas de organização e sociabilidade inclusive dentro do capitalismo. Essa percepção da vida foi analisada por Brandão ao buscar na origem de Mossâmedes, compreendendo seus antigos habitantes frente à colonização e os demais ciclos econômicos predominantes na região, tais como o cultivo de cereais. Apresenta na sequência a antiga Aldeia de São João de Mossâmedes, alguns mineiros com a decadência da mineração instalaram como agregados nas casas das aldeias de mulatos pobres, *“[...] aos quais o governador permitiu estabelecer-se entre os índios; encontraram em São José não só uma moradia que nada lhes custa, como ainda, viveres baratos, e podem cultivar terras dos Caiapós.”* (p.17).

Baseado nessa relação de agregados a história de Mossâmedes vem se integrando, com muitas mudanças. Dentre elas a perda de terras para outros municípios como Sucrerlândia entre outros.

Segundo os dados do IBGE<sup>vi</sup>, Mossâmedes possuía em 2010 uma população de 5.007 habitantes, sendo 3.275 residentes na área urbana e 1.732 vivendo na área rural. Esses dados reforçam a ideia inicial de Brandão ao estudar o lavrador, ou seja, o sem terra, que vive na cidade e vende sua força de trabalho, sem, no entanto, perder seu os modos de acesso ao alimento e de consumo da comida, pautado numa ordem moral secular, que sofre, mas coexiste à modernização, da qual Brandão (1981, p. 19) já mencionava:

Somente nos últimos 6 anos a cidade modernizou-se. Até então ela diferia em muitos pouco do antigo aldeamento de índios da região. O concentrado urbano de Mossâmedes é dominado pela Praça Damiana da Cunha (“índia Caiapó cristalizada e tida como uma das principais mulheres da história do Estado”). Até 6 anos atrás a praça era ainda o grande “largo” onde, em uma das cabeceiras dos índios construíram a velha Igreja de São José e plantaram as palmeiras imperiais derrubadas há menos de 4 anos. Em uma das laterais do “largo” foram construídos prédios públicos hoje transformados em residências. De um dos ângulos do largo sai a rua do comércio local (vendas, bares, pequenos armazéns “de roça”, agência do correio) [...]

Essa descrição avança ao identificar outros elementos tais como: outros prédios públicos e a ocupação do entorno, marcada pelos lotes dos migrantes pobres – lavradores urbanizados, muitos deles pesquisados por Brandão. No que tange a localização do município, existe ao meu juízo certa preocupação historicista, no sentido de quantificar o que se produz e onde. Um exemplo são os dados já apresentados sobre a população, a dimensão territorial, além do próprio levantamento das propriedades rurais cadastradas junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como a distribuição e uso das terras<sup>vii</sup>. Todavia, essa não é a centralidade de sua obra, que lida é superada esse apontamento metodológico. Um cenário nítido desse processo dá-se quando indica as manchas de terra de cultura, que antes eram ocupadas por lavouras de cereais, ocupando aproximadamente 4 alqueires, e hoje<sup>viii</sup> um dos maiores fazendeiros da região planta em 320 alqueires em terras de sua propriedade e arrendadas.

Essas lavouras, feitas em “roças de toco” (sobre terras de matas derrubadas e queimadas e sem uso de tratores) pertenciam ao próprio fazendeiro ou eram entregues a terceiros sob a forma de “terra cedida”. Por este sistema antigo de trocas de serviço o lavrador plantava sem obrigações

de repartir com o fazendeiro, parte da sua colheita de cereais. O “trato” previa a devolução das terras usadas sob a forma de “pasto formado” para o gado do “dono”, depois de dois ou três anos plantio de arroz, feijão e milho. Abandonando um local de lavoura o agregado não abandonava necessariamente a fazenda. Ele era autorizado a derrubar mais uma outra “parte de mata” e reiniciar outro contrato de serviços com o proprietário. Era também prevista a ajuda e a fidelidade do lavrador para com o fazendeiro (BRANDÃO, 1981, p. 22-3).

Essa forma e estratégia de produção agrícola exigem que o lavrador acabe por plantar de meia, e submeter-se a novos ajustes. Neste cenário tem-se também, o advento do maquinário rural e o uso de fertilizantes, responsáveis pela produção do arroz em terras de campo e cerrado. Decorrente desses incrementos observou-se que o número de fazendeiro vem reduzindo-se, o que eliminou algumas práticas como a lavoura do fazendeiro e a produção do gado.

Nesse contexto, muitos acabam migrando “pro Norte”, ou seja, Norte de Goiás e Sul do Pará; modificando assim as relações sociais existentes. No entanto, o consumo e a vida como poesia, segue marcada dentro do capitalismo, que se manteve historicamente no seio da sociabilidade, visto que o cotidiano não é igual para todos, principalmente pelas características espaciais e territoriais no âmbito brasileiro.

Quando o lavrador deixa de residir em uma das fazendas onde foi agregado e vem morar na cidade com sua família, todos os seus integrantes são obrigados a alterar parte da combinação de alternativas e hábitos de acesso e uso dos alimentos. (p. 27)

Essas externalidades reorganizam a família quanto ao local de morada, e, sobretudo, o sistema para acesso e o consumo de comida. Esse lavrador hoje residente na cidade, nasceu na roça, “[...] e viveram uma vida totalmente ligada à agricultura.” (Idem) Essa vinda para cidade é considerada como uma derradeira mudança, depois de a família haver passado por várias mudanças, as quais sem dúvida indicam a esperança em manter sua ordem social e moral, ou seja, buscam ao extremo continuar nesse cotidiano repleto de simbologias. Como isso não foi possível, o lavrador apresenta os seguintes motivos para justificar sua vinda para cidade de Mossâmedes:

a) o aumento, agora muito vertiginoso, das dificuldades de trabalho e obtenção direta de alimentos nas fazendas; b) a procura de um trabalho “melhor”, como o de diarista ou de um assalariado urbano; c) a preocupação

com o estudo dos filhos; d) a expectativa do encontro com as “facilidades”, de assistência na cidade (serviços atendimento médico, religioso e de comercialização). (p.28)

Inicialmente sentem-se despreparados para vida e trabalho na cidade visto sua vida na roça, e, muitos adultos analfabetos ou pré-alfabetizados, conseguindo alguns subempregos, trata-se de um operário não qualificado.

Assim, ou porque não consegue se imaginar fora do trabalho agrícola, ou porque não consegue se ocupar como um trabalhador urbano, o lavrador migrante redefine-se profissionalmente dentro dos limites do trabalho rural e, como um assalariado, passa de empregado de um fazendeiro a diarista de vários, ocupado intensamente durante os períodos de preparo do terreno, plantio e colheita; sub-ocupado durante períodos de entressafra. (p.29)

Essa passagem é muito reveladora, pois, reafirma a condição de sem terra desses lavradores, que continuam lavrando a terra de outros. O que indica mudanças nas práticas das mulheres e filhos, elas por não terem empregos urbanos, ficam com afazeres da casa e zelar pelos filhos; esses, anteriormente ajudavam no trato do quintal e em pequenas tarefas, como exemplo levar comida “pros homens” nas roças, na cidade a dinâmica é outra visto a distância e a rotatividade enquanto diarista, inibindo essas idas e vindas costumeiras.

Os modos de acesso ao alimento e de consumo da comida é regido quase que de forma unânime pela população de Mossâmedes. Ao final da seca anual entre abril-maio a setembro-outubro, inicia-se o período de preparativos para o plantio de arroz e milho. E, nesse intervalo existe ainda, o milho de hortaliça plantado nos quintais e colhidos antes, que propicia a fartura alimentar. E, durante a colheita tem-se também a “pamonhada” tanto nas fazendas como nas casas das cidades. Esse momento é muito esperado, pois, remete ao aproveitamento dos produtos da terra. Outros alimentos também integram a alimentação como o feijão, esse é o último alimento vegetal colhido nas lavouras. Já a mandioca não obedece ao ciclo sazonal do milho, arroz e feijão; essa, “[...] é também plantada pouco antes do ‘tempo das águas’ e se começa a arrancar suas raízes por volta de um abo após.” (p. 33) Desse modo temos:

Os quatro alimentos diários do lavrador podem ser oposto dois a dois: a) arroz e o feijão são comidos cozidos e deles praticamente não são obtidos outros alimentos; o milho e a mandioca, comidos cozidos ou assados, são usados também sob a forma de farinhas e de produtos transformados em massas de doces ou salgados. b) o arroz e o feijão são comidos durante

todo o ano e são considerados como o alimento ‘com que se conta’. O milho e a mandioca são mais consumidos em pleno período ‘das águas’, a mandioca, ‘na seca’. (p.33-4)

Quanto aos alimentos animais esses também são consumidos no decorrer de todo o ano; existem (1975-6) três açougues na cidade que vendem toucinho e carne de porco quase todos os dias e carne de vaca ao menos três vezes na semana. Os açougues fazem um rodízio, pois, o lavrador urbanizado come mais o porco (banha e carne) e as aves (frangos) do próprio quintal, visto que a carne de vaca não é tão acessível.

No quadro a seguir é possível analisarmos os ciclos anuais da comida do lugar, relacionando ao menos dois eixos fundamentais: sua dieta e a preparação e produção de parte dos alimentos<sup>ix</sup>.

Tabela 1. Ciclos anuais da “comida do lugar”:

Plantio de Cereais (arroz e milho)	Jan.	Colheita do milho plantado em setembro	Comida do milho verde: Pamonhas
	Fev.	Colheita do arroz	Final das “pamonhadas”.
Plantio do feijão	Mar.	Período mais intenso de colheita do arroz	Período de maior abundância de alimentos.
	Abr.		
	Mai.	Final da colheita do arroz Colheita do feijão	
	Jun.		
	Jul.	Colheitas de mandioca	Começo do período anual de maior privação de alimentos.
Preparo das lavou- ras (terra) para o plantio de cereais	Ago.	Coletas de produtos do cerrado: pequi, caju, murici, mangaba.	
Terrenos prepara- dos — plantio de arroz e milho	Set.		Aproveitamento intenso de alimentos “da natureza”
Plantio de arroz e milho (*)	Out.		
Limpas de Cereais (**)	Nov.		
Plantio de man- dioca	Dez.	Coletas de mangas	Primeiras colheitas de milho verde: primeiras “pamonhadas”.
Plantio de Cereais			

(\*) No passado o plantio de cereais começava invariavelmente do meio para o fim de setembro dada a regularidade das chuvas. Hoje o período estende-se de setembro a janeiro. Quando as chuvas são irregulares (veranicos) é comum a perda da primeira lavoura e um segundo plantio entre novembro e janeiro.

(\*\*) Nas terras de cultura são necessárias de 3 a 4 limpas do arroz e pelo menos uma para o milho. Nos campos e nos cerrados limpa-se o arroz de uma a duas vezes.

Fonte: (BRANDÃO, 1981, p. 36)

Essa nítida relação entre a produção da comida, revela as combinações do trabalho rural e as transformações e apropriações periódicas da força de trabalho na agricultura. O exemplo do meeiro é singular visto que ano a ano torna-se mais difícil o acesso as terras cedidas em parcerias.

Os fazendeiros reservam porções maiores de suas fazendas para as suas próprias lavouras ou para formação de pastagens, e destinam a produtores sem-terra áreas cada vez menores e de pior qualidade de terreno. Na verdade o lavrador meeiro não tem condições de cultivar, com seu trabalho e ajuda transitória de familiares, mais do que dois ou três alqueires de cereais. (p. 37)

Nesse contexto contraditório, o lavrador continua labutando, consciente de que a lavoura maior exige o uso de maquinário rural, não acessível para ele e sua família.

Ainda, no âmbito do capítulo três, Brandão tece uma reflexão de suma relevância frente à circulação gratuita de alimentos entre parentes, tal prática é muito comum na região, e, em partes, comum entre o campesinato. Com frequência reparte-se parte da produção excedente, como no caso das pamonhadas<sup>x</sup>.

Essa organização marcada pelo *ethos* de classe, ou seja, como valores preexistentes, nos apontam que o habitus presente na obra de Bourdieu (1994) é representado como conjunto que podem conter ideologias. No entanto, há diferenças no fazer científico, ao construir o conhecimento transitando por várias escolas (fenomenológica, objetivista e praxiológica). Tal indagação permite-nos afirmar que o simbólico não é invisível tal como o modo capitalista de pensar e ser nos afirma constantemente. Sobre esse contexto,

Há três situações em que o consumo de alimentos sai esfera estritamente familiar e produz formas simbólicas de trocas de serviços entre grupos produtores-consumidores: a) durante os períodos excedentes de comidas tradicionais, hoje restritos ao caso da pamonhada; b) em festas familiares (casamentos, batizados e, como menor frequência, aniversário); c) nas festas religiosas – a de São José e do Espírito Santo na cidade, a de Santos Reis (Folia) nas fazendas. Nas duas últimas situações o costume é o de se distribuir, sob a forma de comida, grandes quantidades de alimentos a todos os presentes. Em 1975 acompanhei um grupo de “foliões de Santos Reis”. Observei uma distribuição exagerada de comidas de uso diário nos locais de “almoço” e de “pouso” da Folia, quase sempre sedes de fazendas. (BRANDÃO, 1981, p. 39)



Os lavradores envolvidos nesses padrões simbólicos apresentam outros elementos, no sentido de reproduzirem a vida como na roça. Isso fica evidente com as criações no quintal, as hortaliças, o fogão a lenha, as árvores frutíferas e, sobretudo, na comida do lavrador. Dentre os costumes alimentar das fazendas, há pequenas mudanças, mas, não rupturas, como o horário regido pela cidade, assim como algumas variações da dieta alimentar entre os sujeitos sociais de classes sociais diferentes. *“Esta dieta do cotidiano modifica-se por ocasião das colheitas de milho verde e pequi. Na casa de todos os lavradores há uma seqüência anual de uma alimentação [...]”* (p.43) que é regida pelos períodos da colheita e do tempo seco.

Para os lavradores, existe, portanto, um reconhecimento de que sua alimentação de hoje, foi enfraquecida – é “mais fraca” de um ano para outro; esse regime para o lavrador e para os pobres da cidade é visualizado através de uma comida resumida pelo arroz e seus complementos. Um paralelo fundante feito por Brandão refere-se à derrubada dos cerrados e dos campos, os quais acabam acentuando ainda mais algumas carências alimentares, pois, as novas áreas com novas lavouras ou de pastagens reduzem os produtos vegetais complementares como o pequi, o caju e a guariroba<sup>xi</sup>.

Essa análise do lavrador merece destaque ao representar ideologicamente várias relações entre a natureza com a sociedade, mediado por um produtor e um consumidor de alimentos, da qual segue refletindo no capítulo quatro – *A mata e a roça: a ideologia das relações entre o produtor de alimentos e as condições naturais da produção.*

### **Controle do tempo, da vida e do alimento**

As entrevistas que dão tom às reflexões de Brandão, exigem um cuidado e uma percepção acurada, para entender os múltiplos sentidos ora expressados em sua obra. Brandão consegue traduzir isso com clareza, revelando o poético, o político, o econômico entre outros destaques ao fazer pesquisa.

A partir desse contexto, menciona dois eixos para compreender as relações existentes em Mossâmedes, quanto o homem e a natureza: *“Um horizontal, passando entre o homem e a natureza; outro vertical, entre categorias de produtores*

*de bens e agentes da sociedade.*” (p.45-6). Mais adiante, inseri um exemplo nítido dessa relação:

Para os efeitos do presente estudo em Mossâmedes, coloco no eixo horizontal as relações diretas por imperativos de produção direta de alimentos. No eixo vertical incluo relações sociais de produção em que sistemas de trocas de serviços entre produtores rurais mediatizam e definem modalidades de relações entre cada categoria de produtor e natureza. (Idem, p.46)

As trocas de posses e uso da terra no eixo vertical possuem desdobramentos que se encaixam num sistema de poder, digo: em relações sociais de poder que muitas vezes são mais “visíveis” na realidade urbana e, sobretudo do avanço do capitalismo na agricultura conforme já indicamos a introdução do maquinário rural e do poder dos fazendeiros, dando início às práticas neoliberais que condicionam parte das práticas dos lavradores - sem terras e dos camponeses nos sentidos apresentado por Brandão. Daí, uma indagação que remete outros cenários: Será que os camponeses têm mesmo outro modo de vida ou há uma coexistência?<sup>xii</sup>

Um caminho possível está justamente na apropriação da natureza, em Mossâmedes ela é considerada como tendo sido hostil quando não dominada pelo homem, sendo oposta à primeira sociedade local. Depois de controlada pelo homem, foi transformada/destruída pela ação do homem. O exemplo da água e sua relação com o solo e a própria produção seguem como exemplo para o diagnóstico realizado.

Hoje em dia as chuvas são insuficientes assim como todas as outras fontes de água. “perderam a regra” dizem os lavradores e agora são insuficientes para “salvar o arroz”. Os rios são menores e mais rasos, insuficientes também para a proliferação de peixes. As pessoas de Mossâmedes, criadas em uma região de “fartura de água”, acham inacreditável que há menos de 20 km em Sancrelândia, “o povo esteja sem água pro banho”, porque, mesmo em fins de janeiro (1975) as cisternas estão ainda quase secas pelo fato de que a umidade do solo “ainda não subiu”, o que era esperado com certezas para setembro/outubro, há pouco anos atrás. (p.47)

A visão ora apresenta é marcada pelas regras e práticas do cotidiano – do vivido e do simbólico.

As relações entre a mata à fazenda, o papel da mulher, a produção e o consumo são analisados, sempre com o mesmo rigor: enxergar sua lógica sem desconectá-la da vida, isso fica claro quando com os lavradores atuavam nas antigas fazendas rústicas e isoladas no cultivo de vegetais para sua alimentação ou

de uso domésticos e nos complementos coletados, caçados e/ou pescados. Sua subsistência, portanto, era marcada por uma dependência original e direta dos recursos da natureza, o que lhe possibilita analisar seu ambiente segundo vários critérios bem definidos.

Um exemplo comum é o tratamento com uma árvore, que comumente é chamada de pau, pois, na sua visão de mundo, de sociabilidade e racionalidade camponesa, sabe que serve para fazer cerca, para construção civil, para uma enxada e outros usos; todos feitos segundo sua real utilização e não para inserí-la no mercado. Tal contexto acompanho também entre os camponeses da Serra da Canastra (FERREIRA, 2013). No entanto, lá vivem sob a égide do vigiar e punir, da criminalização veemente dos órgãos ambientais (IBAMA, ICMBio e IEF) que punem tais práticas tidas como tradicionais, que secularmente possibilitaram ter a natureza, leia-se o ambiente preservado, tal como temos hoje (2013) nessas áreas de transição entre campos/mata e cerrado.

O papel da mulher está inserido em todos os momentos, pois, ela além dos seus afazeres nas fazendas e mais recentemente na cidade, é responsável pelo preparo da comida, por isso, a fartura de alimentos almejados pelo lavrador passa pela sua percepção com muito rigor. Tal controle remete ao sentido também de controle, ou seja, o tempo da fartura na fazenda já não é mais o mesmo, o resultado desse desequilíbrio está justamente entre as trocas entre produtores e a natureza, “[...] isto é, com os próprios recursos da força do trabalho sobre condições dadas pelo ambiente direto.” (p.52) Não tendo mais o livre acesso à natureza perde-se parte da sua condição alimentar, mas jamais perde-se o *habitus* a prática social de outros tempos.

Nas entrevistas 10, 13 e 15 - Brandão mostra respectivamente a negação do vizinho, que antes não existe e atualmente reclamam da sua ganinha, na seqüência fala da importância da pesca e as mudanças do rio: “Acabou tudo, mais que a terra de cultura boa é a na beira do rio” (p.74) essa observação deve-se ao uso das bombas de dinamites – as tarrafas e a retirada da mata nas margens do rio. Por fim, seu interlocutor fala da fartura, mas, admite que nada chega visto o consumo elevado, chegando a afirmar que parece que o povo aumentou. Tal sentimento, ou mesmo, explicação da realidade, carrega consigo uma ideologia forte, pois, houve uma mudança significativa – da fartura à carência, entre o homem do lugar e de certa forma com a natureza. Essas alterações fazem com que seu cotidiano, passe a

vivenciar situações inusitadas, jamais vistas anteriormente, que acabam resumindo em sistemas de trocas no trabalho rural, criando alternativas para continuarem tendo o mesmo acesso aos alimentos. Por isso, a roça e a meia mantêm uma sintonia para que através dessa “produção solidária”, não tenham uma ruptura da ética de trocas de serviços entre a sociedade e a natureza; muito embora, a comercialização e a subordinação ao capital em partes venham fomentando situações contrárias.

A produção nesse processo torna-se difícil, o que antes era facilitado inclusive pelo fazendeiro, limita-se agora a poucos contratos de meeiro, a facilidade agora está na comercialização dos alimentos oriundos “de fora”. Tal situação é interpretada pelo lavrador como se estivesse sendo empurrado para a cidade,

[...] onde não consegue mais prover a família de alimentos no período entre as duas safras, sendo então obrigado a comprar a comida que lhe sobrava no passado. Esta comida acaba sendo quase toda ela comprada, quando, ao não conseguir “terras na meia” em um ano agrícola, o lavrador se divide entre peão diarista e biscateiro urbano (BRANDÃO, 1981, p. 83)

Essa nova função acessória no âmbito urbano, não significa que esse camponês se transformou, ou seja, se modernizou, trata-se contraditoriamente de uma estratégia em busca do trabalho na terra, que por hora está distante. Nesse sentido, vivencia rupturas parciais a fim de consolidar sua vida na terra. Tenho ainda, clareza de que:

O “patrão bão” nunca é concebido como o que permitiu ao peão uma situação igual à dele próprio. A sociedade sempre foi dividida entre os donos de terras em quantidade suficiente para a criação de gado, e os pequenos camponeses ao lado de lavradores sem-terra. Só mesmo um lavrador sindicalizado, (o que não ocorre em Mossâmedes onde ainda não foi criado o Sindicato do Trabalhador Rural) é capaz de questionar a própria estrutura da posse da terra. (p. 86)

O bom patrão do passado nesse contexto é aquele “dono” que não recusa o acesso ao trabalho do lavrador para seu aproveitamento próprio; é também aquele que não recusa aos agregados o acesso esporádico aos excedentes em sua fazenda, como o leite de suas vacas e frações de carne. Estabelecida essa confiança entre o fazendeiro e o agregado, mantém-se também uma ética de trocas sociais, um compadrio vivenciado constantemente.

Sobre o capítulo cinco existem algumas entrevistas que complementam e negam também essa mesma lógica do compadrio; um exemplo é a criação de uma

égua, não permitido pelo fazendeiro. Cabendo ao agregado uma visão de aperto frente essa situação. Uma leitura possível que dialoga com essa mesma insegurança se refere à lei assinada pelo governo que amedrontou os fazendeiros, e segundo Brandão é favorável aos agregados:

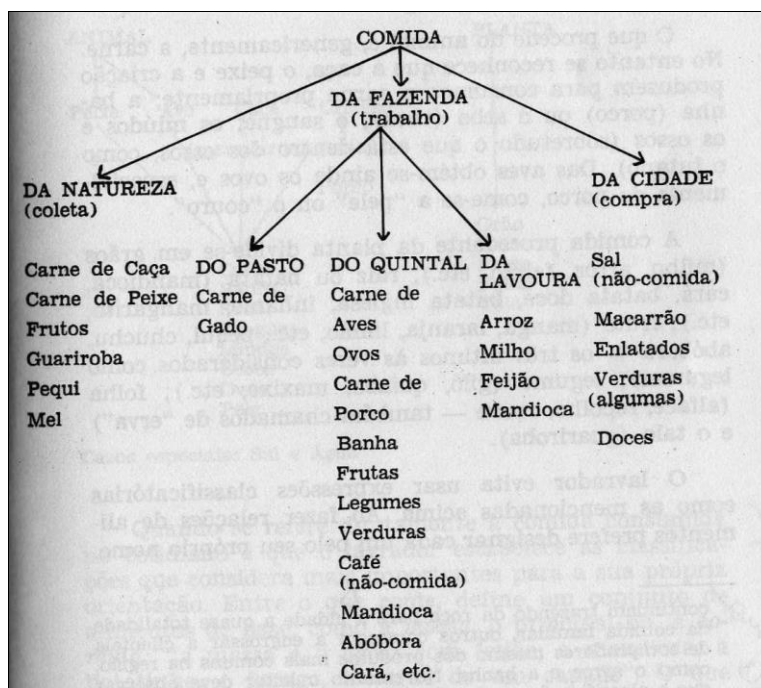
[...] o sujeito que tivesse morando e tivesse feito qualquer plantação, então o fazendeiro já não podia mais mandar ele embora. Com isso amedrontou os fazendeiros e eles tiraram esse tipo dos agregados trabalhar, e também eu acho que com a evolução, a fome do crescimento dos fazendeiros ainda é maior. Então eu acho que essas duas coisas que obrigam: é a fome do engrandecimento da evolução e essa lei do governo. Eu já disse que o governo devia assinar uma lei e obrigar esse povo a ter agregados; conforme o tamanho da fazenda, a quantidade de agregado, (1981, p. 92-3)

Essa inquietação revela a fome do crescimento e poderio econômico do fazendeiro, e no plano de fundo a quantidade de agregado, poderia ser lida como uma reforma agrária, esses lavradores despossuídos, deveriam ter acesso à terra, e não continuar nessa situação por vezes degradante tanto no campo quanto na cidade.

A partir dessa imersão do cenário subjetivo e concreto exposto na obra, temos no diálogo com o capítulo seis – *Crenças de uso e restrições de consumo: a ideologia das relações entre o consumidor e o alimento*, um debate sobre o modo com o lavrador urbanizado recorta um universo alimentar e classifica-o com um arcabouço próprio assumindo uma Antropologia Cognitiva que dão aporte metodológico à pesquisa<sup>xiii</sup>.

Sobre o conceito de comida, entra um sistema de classificação bastante subjetivo, como forte/fraco, reimoso/não-reimoso, quente/frio, que aparecem com frequência nesse capítulo e em outros estudos de Brandão. Por vezes, a clarividência com que aborda as relações vividas pelos lavradores, transmite mais que aulas e receitas sobre a vida e suas manifestações entre comida, remédio, saúde, precauções, restrições e, sobretudo, um direcionamento das relações sociais de produção que movem e transformam o cotidiano do lavrador urbanizado que na incessante travessia roça – cidade consegue trazer quase na totalidade a comida família, e/ou utiliza-se de eventuais compras de produtos comuns na região como o arroz e a banha. No esquema a seguir a comida é hierarquizada de acordo com sua origem: da natureza, por meio da coleta, do trabalho na fazenda e de “fora” obtida através da compra na cidade, como o sal.

Tabela 2. Esquema sobre o acesso à comida:



Fonte: (BRANDÃO, 1981, p. 101)

Essas características, por vezes tidas como tipologia geral do comestível, representa para o lavrador as distinções necessárias para sua reprodução do cotidiano, mediada sempre pelas formas com que o alimento chega ao seu prato, por isso, a comida possui um valor, e o lavrador é consciente das mudanças decorridas na sociedade do lugar.

Nesse contexto, a substância tão almejada hoje, surge como metáfora para compreender a realidade, o mundo visível e invisível, que de certo modo nos indica a resistência a determinados alimentos, os quais exprimem características sociais e psíquicas do indivíduo. Como exemplo a comida forte x pessoa forte = bom (mantém a resistência para o trabalho e contra a fome), essa e outras comparações são feitas com tamanho respaldo sistêmico que remonta a história desconhecida de uma população que recriasse diariamente, construindo, assim, vários cotidianos.

### Considerações finais

A comida é forte porque “tem substância”  
ou é fraca porque não a tem em sua composição [...]  
(BRANDÃO, 1981, p.132)

A teoria e a prática para além do senso comum, mediada pela busca da totalidade materializada no cotidiano camponês, é uma marca registrada na obra de Brandão. Com esse espírito do ser e do fazer, ele vai à essência, classificando e revelando ordens, práticas, *habitus* e a reprodução social de uma classe que não foi, e nem será extinta como apregoam alguns intelectuais do campesinato sob o capitalismo. Pelo contrário, eles continuam se reproduzindo e recriando mesmo com o advento massivo do capital em várias escalas. As regras ao pensar o alimento e a comida são exemplares para compreensão do campesinato desgarrado da terra de trabalho.

Nesse sentido, os exemplos através da participação e integração com as entrevistados e trabalhos de campo desenvolvidos, podem e devem ser acrescido, pois, poderiam ser utilizados para outras regiões como o autor menciona em algumas notas de rodapé para a Amazônia e outras áreas em Minas Gerais e São Paulo. Trata-se de uma noção legitimadora que a partir dos ciclos agrícolas organizam a vida, sem perder de vista o saber tradicional, transmitido muitas vezes pela oralidade. Essa passagem da roça para a cidade, fez com que os modos fossem modificados, sem alterar a forma. A comida que se come, só é compreendida no conjunto dos extremos, ou seja, como consegui-la. Essas entre outras avaliações estão presentes na comida boa (gostosa) e na comida ruim (sem gosto) que o lavrador expressa na sua ideologia.

A fartura e o próprio processo da valorização da comida boa estão ligados ao fazer diário, mesmo quando em grandes quantidades, como nas festas, carrega consigo, o ato do preparo, do fazer e do consumir – unido ainda, por um tempo específico diferente da cidade, das iguarias que não substituem a força e, sobretudo, o paladar da dieta anterior.

Por isso, a comida do lugar, exige o lugar da comida, onde: *“nem todas as coisas existentes na natureza ou pensadas como presentes na sociedade são para comer”* (p. 147). Essa ordem com o que se come para os homens de Mossâmedes é traduzida, conforme já apontamos numa visão ímpar de seu mundo. Daí, a ideia do lugar da comida na economia e nas relações entre as pessoas e a natureza, resume-se numa complexa relação entre as ordens de atividades postas em constante confronto. E nesse caminho,

As conclusões práticas para o lavrador são simples: nem tudo o que é potencialmente comestível na natureza pode ser consumido pelo homem,

certos alimentos não devem ser comidos também por certos tipos de pessoas. (p. 149)

Nessa relação entre o homem e a natureza temos aproximações e distanciamentos sobre o domínio do comestível, sempre mediada pela condição da pessoa, baseado em princípios de relações de trocas entre a sua atividade e as alternativas de seu mundo – vivido. Brandão (1981, p.150) salienta que:

O que mais chama a atenção do pesquisador quando ele faz entrevistas e procura compreender a ordem de um domínio de representações sociais, ao mesmo tempo em que observa condutas e participa de situações onde o objeto representado é manipulado e consumido pelo sujeito, é a divergência entre o rigor das recomendações que acompanham as séries de conjunto alimentares e as condutas do cotidiano.

Por isso, os princípios de proibição ou recomendação fazem com que o pesquisador revise parte das hipóteses de pesquisa, refutando algumas e inserindo outras a partir da vivência em campo. E, quando o lavrador sabiamente indica as combinações, está traduzindo possibilidades do momento atual, que representa múltiplas relações do tempo antigo e dos dias de hoje – dos domínios de espaços de produção da comida – natureza, a fazenda e a cidade. Esses tempos contraditórios desdobram-se no cotidiano, repleto de símbolos, poesia e *habitus* de classe, numa relação dialética entre as disposições e o acontecimento que forma a conjuntura capaz de transformar em ação coletiva, interrogando a realidade, e, inserindo parâmetros de suas relações com o mundo, dentro da sua - nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Cristiano. *Territórios de vida dos pequenos produtores de queijo da Serra da Canastra: um estudo sobre a relação entre produção camponesa e espaços naturais protegidos nas nascentes do rio São Francisco, Minas Gerais*. Uberlândia, MG, UFU, 2007. Dissertação de mestrado.
- BORDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria prática. In: ORTIZ, R. (org.) *Bordieu*. São Paulo: Ática, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações de seus meios de vida*. São Paulo: Ed. 34, 2003.



CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: a arte do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. *A Regularização Fundiária no Parque Nacional da Serra da Canastra e a expropriação camponesa: da baioneta à ponta da caneta*. São Paulo: USP, 2013. (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana).

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini; CEPOLINI, Eliana. I. S. *Agroecologia, Alimentação e Saúde: um diálogo possível e necessário*. São Paulo: Entremares, 2014.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbologia da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UNB, 1997.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Bacharel e licenciado em Geografia pela PUC-Campinas. Mestre e Doutorando em Geografia Humana - USP. Pesquisador do Laboratório de Geografia Agrária - FFLCH/DG/USP. Atualmente coordenador de Curso EAD na Kroton Educacional.

<sup>ii</sup> Como temática complementar, e não menos importante, apresenta: *As regras das mulheres* coletadas através de entrevistas que indicam todo um arcabouço teórico e prático transmitido através da oralidade, ou seja, a história de vida dos mais velhos que movem a organização atual quanto ao que comem em determinadas situações e o que não comem, como exemplo, o período menstruação ou de resguardo. Outra informação fundante do trabalho se refere ao anexo 3, do capítulo 3, onde extraiu de um questionário (coleta de dados complementares) uma certa tipologia da residência urbana, ocupação, tipos de lavoura, dimensão da lavoura, regime de parceria, uso do quintal urbano, destino da produção rural etc.

<sup>iii</sup> Entende-se no âmbito do trabalho de Brandão (1981) o lavrador como produtor rural através do trabalho direto, não proprietário de terra; incluindo aqui o meeiro, diarista – assalariado rural, peão e outros que vendem sua mão força de trabalho. Já os fazendeiros são produtores rurais, possuidores de terra; trabalhadores rurais não-exclusivos ou não trabalhadores rurais. O camponês ou pequeno proprietário possui pequenas porções de terra as fazendinhas ou chácaras, trabalhando diretamente na terra através do trabalho familiar, podendo vez ou outra vender parte da sua força de trabalho. Por fim, o lavrador urbanizado é aquele cuja família reside na sede do município ou em algum distrito. Dentro dessa categoria, o lavrador se opõe ao agregado, um trabalhador rural não proprietário e ainda residente, com sua família, em terras de fazendas.

<sup>iv</sup> A pesquisa teve financiamento do FINEPE e a Universidade de Brasília, o que lhe possibilitou realizar o estudo sobre seus costumes e a ideologia alimentar, do reconhecer a “comidinha de todo dia”. Essa breve passagem é muito profícua em vários aspectos, entre eles de ser quase que unanimidade entre os camponeses; durante de pesquisa no Vale da Babilônia, área rural de Delfinópolis-MG, tais práticas são muitos similares, incluindo o queijo canastra, o pão de queijo e as costumeiras quitandas. Sobre essa temática indicamos: Barbosa (2007). Em relação as práticas alimentações, fitoterapia e manejo da natureza por meio de práticas sustentáveis ver também Cepolini e Ferreira (2014).

<sup>v</sup> 2º Guerra Mundial.

<sup>vi</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default2.php>>. Acesso em 18 jul. 2013.

<sup>vii</sup> No anexo 3 sobre o capítulo 3: *Produção, a Circulação e o Consumo de alimentos entre lavradores urbanizados na cidade de Mossâmedes*, há dados compilados que evidencia essa perspectiva. Segundo o autor trata-se de um instrumento complementar para coleta de dados.

<sup>viii</sup> 1975-6.

<sup>ix</sup> Entende-se parte dos alimentos, visto a introdução de pesca ou caças esporádicas.

<sup>x</sup> Um exemplo ilustrativo ocorre também com os camponeses da Serra da Canastra onde venho realizando minha pesquisa; a troca de alimentos é repleta de símbolos, os quais ilustram as práticas e habitus: “[...] enquanto princípio gerador de estratégias que permitem fazer face a situações imprevisíveis e sem cessar renovadas [...]” (BOURDIEU, 1994, p. 60)

<sup>xi</sup> “Tipo de palmito amargo, de consumo muito freqüente no passado e hoje quase desaparecido na cidade,” (p. 44)

<sup>xii</sup> Quando Certeau (1994) remete ao lugar e ao espaço, existe uma interlocução significativa, no primeiro indica o saber/ver seguido por uma dada ordem; enquanto o espaço para ele é constituído pelo fazer, portanto repleto de simbologias e adaptações singulares.

<sup>xiii</sup> A definição utilizada de alimento é expressada como: “[...] aquilo que pode ser comido.” (DA MATA 1967 apud BRANDÃO, 1981, p.96) Daí a centralidade no reconhecimento da natureza até os limites do alimento, expressado por vezes através de esquemas bem significativos, onde o comestível e o não comestível estão unidos e são oriundo de uma mesma fonte, a natureza.